

Representações sociais do trabalho infantil para agricultores e crianças da agricultura familiar no centro-oeste mineiro

Fátima Lúcia Caldeira Brant

Luiz Paulo Ribeiro

Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro

Resumo

Este capítulo tem como objetivo descrever as Representações Sociais do Trabalho Infantil na Agricultura Familiar no Centro-Oeste Mineiro. Os sujeitos dessa pesquisa foram os agricultores familiares e suas crianças filhos (as) pertencentes a um grupo de agricultores familiares. As ferramentas metodológicas para a abordagem qualitativa dessa pesquisa foram entrevistas semi-estruturadas e grupos focais. Empregou-se a técnica de Bardin para a análise de conteúdo dos discursos. Utilizou-se o software AtlasTI® versão 7.0 para a análise computacional dos dados qualitativos. A categoria central Trabalho Infantil ligou-se às subcategorias: Ajuda, Trabalhador, Forçado, Exploração, Sofrimento, Acidente, Ação, Lei, Pecado e Vadiar. Destacaram-se também as categorias Socialização, Lei, Agricultura Familiar e Trabalho. Existem vários modos de entendimento do trabalho infantil na agricultura familiar, com tendência de se concebê-lo como “ajuda”, mas também é visto como uma atividade com riscos e efeitos frequentemente imprevisíveis.

Palavras-chaves: *Infância, família, trabalho infantil, agricultura familiar.*

Apresentação

O Brasil enquanto signatário da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou a descrição dos tipos de trabalho infantil de acordo com a natureza e condições em que são realizados, aprovando o Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, que define a Lista das Piores Formas do Trabalho infantil- Lista TIP 1. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbem expressamente o trabalho infantil, porém permitem que adolescentes com mais de 14 anos trabalhem como aprendizes e que adolescentes com mais de 16 anos exerçam atividades ocupacionais que não sejam consideradas insalubres, degradantes ou perigosas.

De acordo com dados sobre o trabalho infantil no Brasil, apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD², cerca de 3,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 7 anos estavam trabalhando no país em 2011. Do total de crianças e adolescentes que estavam trabalhando, 89 mil tinham entre 5 a 9 anos de idade, 615 mil estavam na faixa etária de 10 a 13 anos e a maioria, cerca de 3 milhões, tinham entre 14 e 17 anos de idade. Em todas as faixas etárias, o sexo masculino era predominante.¹

Entre a população ocupada de 5 a 13 anos de idade, 63,5% trabalhavam em atividades agrícolas, sendo que aproximadamente 74,4% dos trabalhadores desse grupo atuavam sem remuneração.

O referencial teórico que embasa este texto é a Teoria das Representações Sociais^{3,4,5}. De acordo com Sá⁵ fenômeno e objeto de pesquisa não são, pois, termos equivalentes, além disso, o autor reitera que “a definição do par sujeito-objeto de uma pesquisa, deve-se ter em mente que a representação que os liga é um saber efetivamente praticado, que não deve ser apenas suposto, mas sim detectado em comportamentos e comunicações que de fato ocorram sistematicamente”.

Para Moscovici³ o conceito de representação social é:

Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (p.21).

Sendo o objeto de pesquisa as Representações Sociais do trabalho infantil na agricultura familiar, é importante explicitar o conceito de trabalho infantil que orienta a abordagem desse estudo:

Aquelas atividades econômicas, e/ou atividades de

sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não realizadas por crianças aprendiz a partir dos 14 anos independentemente da sua condição ocupacional ⁶

É importante também situar o significado de agricultura familiar, de acordo com Schneider ⁷:

Agricultura familiar consiste em uma forma social que envolve unidades (estabelecimentos agropecuários) que compreendem a posse ou propriedade de uma parcela de terra (geralmente de tamanho pequeno) em que trabalha um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco e consangüinidade (podendo também haver membros que não possui estes vínculos), produzindo, ao mesmo tempo, para garantir a auto suficiência alimentar (autoconsumo) e a obtenção de excedentes destinados às trocas e/ou aos mercados” (p.3).

Carneiro⁸ entende “por agricultura familiar, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados”.

Schneider⁷ em análise do relatório da OIT¹ afirma que é necessário compreender o significado do que se denomina agricultura familiar. Para ele, o trabalho infantil na agricultura familiar assume papel importante no processo de socialização das crianças (p.9).

Antuniassi⁹ menciona que no Brasil e em outros países, o trabalho infantil na agricultura não teve regulamentação.

Para Schneider⁷ e Marin e Vendrusculo¹⁰, Silva e Jesus ¹¹, pelos estudos das diferentes realidades empíricas, os camponeses e agricultores familiares valorizavam as virtudes do trabalho na formação das crianças e do futuro herdeiro. Para esses autores possivelmente, os legisladores também mantiveram o mesmo entendimento, pois o aparato legal brasileiro não proibiu o trabalho desenvolvido pelas crianças e adolescentes nas unidades de produção agrícola familiar (p.5)

Este capítulo tem por objetivo identificar e analisar as representações sociais do trabalho infantil na agricultura familiar brasileira.

Abordagem metodológica

A pesquisa foi realizada em um município localizado no centro-oeste mineiro e segundo o IBGE¹², apresentava em 2010, uma população de 25.975 pessoas, num total de 85,4% residente nas áreas urbanas, e uma população residente rural de 3.782 pessoas, totalizando 14,6% da população do município.

Os participantes do estudo eram agricultores pertencentes à Associação de Produtores Rurais e Familiares de Santo Antônio do Monte – ASPROSAM e as crianças filhos (as) desses agricultores. Havia 75 famílias cadastradas na ASPROSAM por ocasião deste estudo. As famílias registradas na ASPROSAM foram convidadas para uma reunião onde foram apresentados a pesquisa e seus objetivos. Para aqueles que concordaram em ser entrevistados foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A coleta de dados foi desenvolvida em 12 semanas em 2012 e consistiu em dois momentos. O primeiro foi constituído pela realização de entrevistas semiestruturadas¹⁴. As entrevistas foram realizadas no território rural onde os agricultores tinham suas atividades de trabalho. As entrevistas semiestruturadas, conforme distingue Flick¹⁴ (2009), fazem uma abordagem “das teorias subjetivas como um modelo especial análise do conhecimento cotidiano” (p.149). O número de entrevistados obedeceu ao critério de “saturação”¹³.

Na segunda etapa da pesquisa foram realizados quatro grupos focais^{15,16}, sendo dois grupos constituídos por agricultores familiares, e outros 2 constituídos por crianças entre 6 e 12 anos de idade.

O local da realização dos grupos focais dos agricultores familiares se deu em uma sala onde se reúne o grupo da ASPROSAM.

O grupo focal composto pelas crianças, filhos (as) desses agricultores, foi realizado em dois ambientes, sendo:

1º- local onde as crianças moram (território rural), sendo considerado um lugar não estranho para elas. Foi decidido pelas crianças que a realização do grupo focal seria num riacho, onde as mesmas costumam brincar. De forma lúdica o grupo foi realizado.

2º- local da sala de reuniões dos agricultores familiares: em círculo, as crianças iam falando suas rotinas do dia-a-dia e o que entendem por atividades de crianças na agricultura familiar.

As gravações das entrevistas e dos grupos focais – *corpus de análise* – foram transcritas e conferidas a fim de garantir a qualidade dos registros das falas dos entrevistados.

A análise de dados se estruturou a partir da Análise de Conteúdo proposta por Bardin¹⁷, por intermédio da categorização temática, na qual os elementos textuais são agrupados através de temas, perfazendo uma investigação sobre o que cada um dos termos tem em relação aos demais e quais correlações podem ser feitas a partir desses índices, possibilitando as inferências da pesquisa. Cada categoria apresentada na pesquisa foi feita por pertinência e nas intenções da investigação.

Foi feita a seguinte seqüência de análise: (a) leitura flutuante; (b) avaliação da expressividade do conteúdo (categorias); (c) análise das freqüências das palavras; (d)

releitura flutuante; (e) reafirmação das categorias; (f) análise das frases selecionadas pelo *AtlasTI*® versão 7.0 (g) revalidação das frases e (h) grade de categorias (l) escritas das correlações.

Os dados da frequência foram sistematizados com o uso software *AtlasTI*® versão 7.0, ferramenta computacional para a análise de dados qualitativos (14, 18, 19), facilitando a análise e apresentação dos resultados.

Assim, as categorias de análise (*families*) foram construídas a partir do direcionamento da pesquisa e dos recorrentes termos, conceitos e construções notadas nas falas da população pesquisada (*codes*). Estas foram organizadas a partir das seguintes denominações: Trabalho Infantil; Agricultura Familiar; Trabalho; Socialização; Lei. Para cada categoria acima citada, foi feita a frequência sistematizada das mesmas pelo *AtlasTI*® versão 7.0.

Todo esse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP) estando sob o registro CAAE 03370212.1.0000.5149, e vinculado ao Programa de Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Obteve-se o consentimento de todos os sujeitos incluídos no estudo.

Resultados e discussão

As principais atividades desenvolvidas pelos agricultores entrevistados são: Agricultura 41%, Agricultura e Pecuária 12%, Aquicultura e Pesca 3%, Pecuária e Artesanato 3%, Apicultura 5%, Pecuária 19%, Não identificada 4%. Havia pouca mecanização, ou ainda, mecanização quase inexistente, apenas relacionada à irrigação de hortaliças, muitas das vezes usando o método de irrigação por gravidade sem a utilização de bombas e demais utensílios.

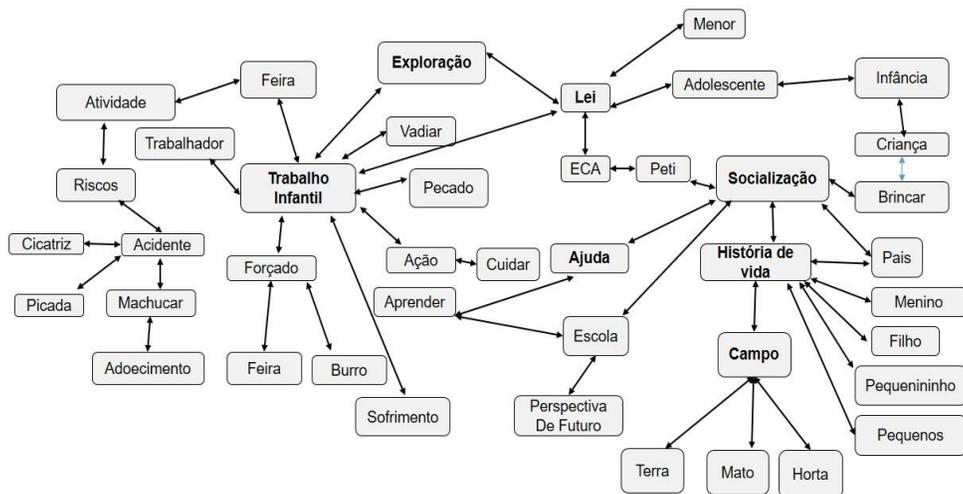
A distribuição por faixa etária dos agricultores estudados foi: 45% na faixa etária de 40 a 50 anos, 25% na faixa etária de 51 a 60 anos e 30% na faixa etária de 61 a 70 anos. Quanto à escolaridade registrou-se: 40% com Ensino fundamental incompleto (antiga quarta série), 10% com ensino fundamental completo, 25% com ensino médio completo, 3% com o Ensino Médio incompleto, 1% com Ensino Superior e 21% não souberam responder ou não responderam. Quanto à categoria sexo houve predominância do sexo masculino nas entrevistas e grupo focal com adultos, sendo 70% masculino e 30% feminino.

A faixa etária das 12 crianças participantes do grupo focal foi de 06 a 12 anos de ambos os sexos, cursando entre do 1º ano (antigo 3º período) ao 7º ano (antiga 6ª série).

A grade exposta a seguir na **figura 1** detalha o trabalho infantil na agricultura

familiar, captado nos grupos focais e nas entrevistas dos agricultores.

FIGURA 01. Grade de Análise: Aspectos relacionados ao Trabalho Infantil na Agricultura



Fonte: Grade de análise organizada através do AtlasTI 7.0.

Apresenta a categoria *Trabalho Infantil* ligado às subcategorias: Ajuda, Trabalhador, Forçado, Exploração, Sofrimento, Pecado, Acidente, Ação, Lei, Pecado e Vadiar. Percebe-se as várias maneiras de entender, expressar, representar e viver o trabalho infantil.

A categoria *Socialização* ficou organizada a partir das subcategorias: Escola, Brincar, História de vida, Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Pais, e Perspectiva de vida. Entretanto a subcategoria História de vida optou-se por fazer uma junção a *campo*, por se fazer necessário a correlação dos conhecimentos da propriedade, modos de vida na agricultura familiar.

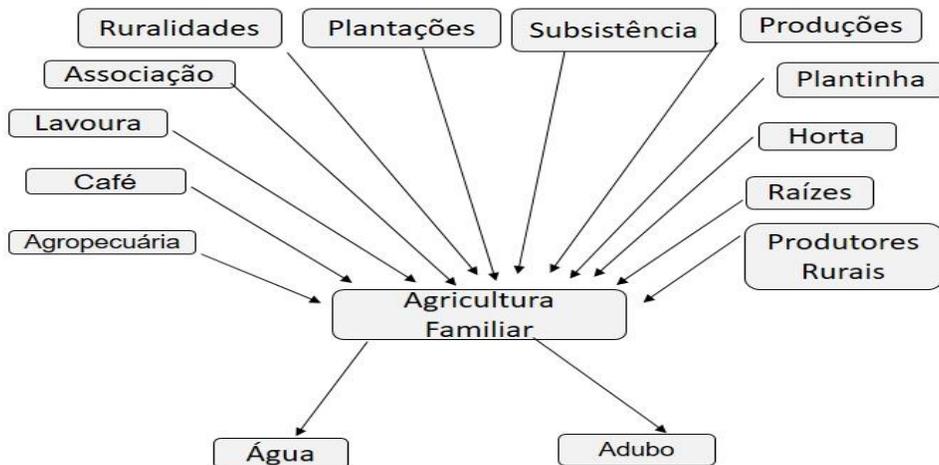
Na categoria *Lei* vinculada ao direito e compreensões historicamente construídas pela cultura dos agricultores, apresenta as categorias: Menor, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). É percebido a que a concepção de Lei tem valor de referência na agricultura familiar.

Na categoria *Agricultura Familiar* (figura 2) são apresentadas as subcategorias: Agropecuária, Café, Lavoura, Associação, Ruralidades, Subsistência, Plantação, Produção, Plantinha, Horta, Raízes e Produtores rurais. A partir desse delineamento, a agricultura familiar implica em uma forma de produção, terra, trabalho, interações sociais e interações econômicas.

E por último na categoria *Trabalho* (figura 3) destacam-se as subcategorias Dignidade, Riscos, Atividade, Machucou, Feira, Lavoura, Adoecimento. O trabalho

apresenta desde fator de identidade e a processos de adoecimento.

FIGURA 02. Grade de Análise: Agricultura familiar e suas subcategorias citado nos grupos focais e nas entrevistas dos agricultores



Fonte: Grade de análise organizada através do AtlasTI 7.0.

FIGURA 03. Grade de Análise: Categoria Trabalho e suas subcategorias citado nos grupos focais e nas entrevistas dos agricultores



Fonte: Grade de análise organizada através do AtlasTI 7.0.

Trabalho Infantil: visão dos agricultores familiares

A primeira categoria a ser abordada nas representações sociais é o *trabalho infantil*, onde foi possível identificar que suas inserções nas atividades em território da agricultura

familiar se deram desde tenra idade:

[...] desde colo, praticamente eu já ia [...]

Os pais dos agricultores levavam os filhos para os acompanharem nos ambientes de trabalho e na medida em que cresciam iniciavam as tarefas junto aos pais:

“Porque meu pai era da zona rural [...] e tínhamos que trabalhar. Talvez não trabalharmos tanto assim, mas tínhamos que acompanhar os pais nos serviços, porque não tínhamos com quem ficar [...] depois, quando íamos crescendo, acabava que começávamos a trabalhar.” suj 4

Esse relato corrobora com as características do trabalho no período da escravidão no Brasil, no qual os filhos de escravos acompanhavam seus pais nas mais diversas atividades em que se empregava mão-de-obra escrava e exerciam tarefas que exigiam esforços muito superiores às suas possibilidades físicas²⁰.

A maioria dos agricultores, ao recordarem as atividades realizadas junto aos pais na agricultura, associou essas atividades a sofrimento e cansaço:

[...] a gente era burro e que burro tinha que trabalhar [...]. suj1

O sofrimento relatado pelos agricultores quando criança é marcado pela figura de autoridade do pai e a hierarquia no trabalho. Ao mesmo tempo percebiam como uma forma de solidariedade contribuindo com o sustento da família e sendo também um valor presente na cultura:

“Eu ajudava muito meu pai [...] a gente mexendo na roça. Sofrendo, pelejando. Mãe pobre, pai pobre, lutando para trabalhar, pra tratar da gente [...]” suj 2

De acordo do Schwartz²¹ “toda atividade de trabalho encontra saberes acumulados nos instrumentos, nas técnicas, nos dispositivos coletivos; toda situação de trabalho está saturada de normas de vida, de formas de exploração da natureza e dos homens uns pelos outros”.

Em relação à escolarização, os agricultores dão maior importância para a escola hoje, numa perspectiva de um bom futuro, pois no passado deixaram de estudar para “ajudar” os pais:

“Eu larguei o estudo aos onze anos de idade, pois não me deixou estudar mais...pois tinha que ajudar a trabalhar”. suj11

O trabalho é visto como parte do processo de socialização da criança, ligado a essa concepção de “ajuda”:

“É melhor ele ajudar aqui do que virar um maconheiro.” suj. 1

Os agricultores através dessas atividades na agricultura, revelam para os seus filhos o processo das novas gerações e modos de vida na agricultura, onde a escolarização é concebida como muito importante, pela possibilidade de uma vida melhor do que a deles no passado, que não estudaram:

“Não sabemos nem conversar [...] Eu pedi minha mãe para eu poder estudar e ela dizia: “Não de jeito nenhum”. suj 13

O trabalho infantil nesse território estudado é ancorado nas vivências dos agricultores familiares, na lida do dia-a-dia no rural com seus pais, definindo as atividades como “ajuda”, no presente, num processo de renormalização do trabalho na agricultura familiar. Uma outra forma de ensinamento do trabalhar na agricultura foi adquirida e repassada de geração para geração:

“Colocar para trabalhar e fazer trabalhar, além de ser uma coisa errada, fora da lei, é um pecado, uma coisa absurda”. suj6

Dentro dessa análise temos o que Schwartz (21) menciona sobre trabalho e saber, quando afirma que “a atividade de trabalho é atravessada pela história [...] toda vida humana, por ser ela parte de uma experiência, é atravessada de história. Ao falar de trabalho não se trata de uma “pequena história”, e sim de uma história marcada pelo acaso das vidas individuais. A história se re-escreve em permanência, onde novas normas de construção de saberes, de construção social, “renormalizações” incessantes reaparecem em todos lugares onde os grupos humanos se mobilizam para produzir (p.5).

Em relação ao brincar, fase importante na vida das crianças, esse estágio era sempre permeado junto ao trabalho:

“Mas durante a semana não podia assistir televisão e não podia brincar assim não! [...] mas era aquela rotina de trabalhar mesmo... não era pesado! suj13

Em relação acidentes de trabalho, apresentado na grade ligado a categoria *trabalho infantil*, os agricultores mencionaram alguns danos à saúde sendo a prevenção fator importante:

“E o sol está muito quente. O jeito que puder evitar tem que evitar. Usar o chapéu ou um boné pra dar uma protegida e evitar o câncer de pele”. suj 7

A representação da infância fica clara quando os agricultores familiares aceitam as leis vigentes sobre o trabalho infantil como importantes na questão da exploração do

trabalho infantil. Passam a ter familiarização (Leis) do que era desconhecido por eles quando criança em relação ao trabalho infantil. Pela grade nota-se o aparecimento da Lei sendo estágios ligados a educação e não punição, como:

“A gente não obriga o filho menor a trabalhar”. suj2

Trabalho Infantil: visão das crianças filhas (os) dos agricultores familiares

Os grupos focais com as crianças, trouxeram esse contexto atual das práticas das atividades na agricultura familiar, dando sentido às representações sociais vivenciadas em relação as atividades desenvolvidas por elas:

“O trabalho toda criança deve fazer [...]” suj1

As crianças filhas (as) dos agricultores familiares reafirmam nesse relato a importância do “trabalho” como forma aprendizado. O trabalho na agricultura é internalizado por eles como trabalho pesado, não porque realizam rotineiramente, mas porque vê o modo como os pais realizam as atividades. Mas ao mesmo tempo, entendem que o trabalho na roça tem solução e o urbano não:

“O serviço da cidade às vezes é mais cansativo... porque o da roça pelo menos tem uma solução. Se tiver irritando, você pode solucionar. Na cidade, se tem barulho de carro e está irritando, por exemplo, você vai passar a noite inteira escutando carro.” suj12

Aqui é expresso o rural como lugar de vida, de descanso e de qualidade de vida. De acordo com Carneiro e Castro²² o meio rural como espaço físico diferenciado, que é lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência Identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional), exemplifica um espaço marcado pela particular vinculação com a natureza e pelas relações sociais de interconhecimento [...] (p.21).

Em relação às atividades realizadas na agricultura familiar, mencionam como sendo “ajuda”, afirmam gostar não havendo nenhum tipo de remuneração:

“A gente ajuda a regar a horta, a cortar capim [...]” suj 1

Ao mesmo tempo uma responsabilidade voltada para a obediência:

“Nós temos que ajudar”. suj.10

A palavra “trabalho”, trabalho infantil quando mencionado ao grupo focal de

crianças, há certo silêncio, e muitos risos:

“[...] trabalho...rsrs...trabalho...é bom!” suj 4

Quando abordado para falarem sobre a vivência de um dia na agricultura familiar, nota-se a importância da fase da infância para as crianças, como o brincar, atividade apropriada e importante para o desenvolvimento da criança, sendo expressivo na fala. A palavra “trabalhar” aparece, integrada as outras ações.

“Tem que brincar, trabalhar, brincar, estudar, assistir televisão”.
suj.4

Ressalta-se aqui a importância à luz da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky²³ quanto ao desenvolvimento da criança relacionado ao trabalho infantil, pois o autor entende o desenvolvimento como um processo dialético através das atividades das crianças. O desenvolvimento para ele não tem linearidade, mas há processos de transformação a partir da cultura.

Em relação ao processo de escolarização, as crianças todas estudam e gostam da escola:

“[...] trabalho da escola... se não estudar e não fazer os trabalhos da escola, depois vai ter que agarrar no pesado.” suj8

A noção de perigo e de acidentes pelas crianças, quando ajudam na agricultura, não foi identificado, entretanto, o discurso de uma suposta “dor” foi apresentado:

“Carreguei um balde cheio de água para meu pai no tamborzão para por as mandiocas e senti dor [...] senti dor nas costas” suj 1

Considerações finais

Descrever as Representações Sociais do Trabalho Infantil na agricultura familiar é procurar entender o fenômeno “trabalho infantil” em suas particularidades, invisibilidades para ações em saúde e saúde do trabalhador voltado para o trabalho infantil. A terra é tida como valor para esses agricultores familiares, que mesmo tendo trabalhado desde pequeno, reproduzem seus modos de vida – agricultura familiar -, para com seus filhos.

Entretanto, em relação a seus filhos (as) atualmente, não há uma relação de poder, obrigação. Houve um processo de renormalização no modo de praticar essa “ajuda” na agricultura, onde as crianças praticam alguma atividade se desejarem.

Em relação ao processo de socialização, o valor do Trabalho, não só na agricultura familiar, é repassado aos filhos como dignidade, identidade e valor. As leis vigentes do

trabalho infantil foram ancoradas na atualidade pelos agricultores familiares, onde os mesmos a reconhecem como fator não de punição, mas de educação.

As representações do trabalho infantil na agricultura para as crianças, é mencionado como cansativo, não porque trabalham na agricultura, mas porque vivenciam o trabalho dos pais na agricultura. A heterogeneidade do fenômeno trabalho infantil na agricultura familiar estudada, pelas representações sociais abre compreensão dos conceitos, valores, significados, práticas do trabalho infantil, construídos pelos sujeitos, passado de geração a geração, e que determinam suas atitudes e comportamentos de risco ou proteção à saúde.

É entendido a partir das representações sociais desse grupo estudado, que existem vários modos de entendimento sobre o trabalho infantil na agricultura familiar, com grande tendência de se concebê-lo como “ajuda”. No entanto, observa-se que tal ajuda, por vezes aponta para uma atividade com riscos e efeitos frequentemente imprevisíveis. Os estudos dessas representações sociais devem ser entendidos como ponto de partida, para se chegar a definições sobre o trabalho infantil na agricultura familiar, com possíveis ações em promoção em saúde e saúde do trabalhador.

Referências

1. OIT. Organização Internacional do Trabalho. **O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro**. KASSOUF, A. L. (Coord.). Brasília: OIT, 2004.
2. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <g1.globo.com\brasil\notícia\ 2012\09 – Trab. –inf.>. Acesso em: 30.01.2013.
3. MOSCOVICI, Sergue. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.
4. JODELET, Denise. Representações Sociais: Um domínio em expansão. In; JODELET, Denise (Org). **As representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed UERJ., 2001. p.17-44
5. SÁ, Pereira Celso. **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed UERJ.1998.
6. BRASIL, 2004. **Plano Nacional Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho Adolescente**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.
7. SCHENEIDER, Sérgio. **Agricultura e Trabalho Infantil: uma apreciação crítica do estudo da OIT**, Porto Alegre: Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel/ Fetag-RS, 2005.
8. CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luís Flávio Carvalho. MOREIRA, Roberto José. (org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 325-344.
9. ANTUNIASI, Maria Helena Rocha. **Trabalho Infantil: escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
10. MARIN, **Joel Orlando Bevilacqua** e VENDRUSCOLO, Rafaela. Infância e trabalho nas unidades de produção familiar In: Encontro da Rede de Estudos Rurais. **Anais**. Curitiba: UFPR, 2010.
11. SILVA, José Ribeiro; JESUS, Paulo. Os desafios do novo rural e as perspectivas da .agricultura familiar no Brasil. In: V Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI), **Anais**, Maceió: Centro

de Convenções de Maceió, 2010.

12. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: Santo Antônio do Monte**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 02/11/2012.
13. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**. 12 a Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.
14. FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
15. IERVOLINO, Solange Abrocesi; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista Escritos de Enfermagem**, v.35, n.2, p.115-21, jun, 2001.
16. CRESWEL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
17. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
18. FERREIRA, Izabel do Rocio Costa *et al.* Diplomas Normativos do Programa Saúde na Escola: análise de conteúdo associada à ferramenta ATLAS TI. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 17, v. 12, p.3385-3398, 2012.
19. GIBBS, Graham R. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
20. KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre trabalho infantil. **Nova Economia**, v.17, n.2, p.323-350, maio/ago. 2007.
21. SCHWARTZ, Yves. Trabalho e saber. **Trabalho & Educação**, v.12, n.1, jan./jun., 2003.
22. CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude Rural em Perspectiva**
23. Seminário Juventude Rural. Rio de Janeiro: Ed. Mauad Edicomo editora Ltda, 2006.
24. VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Teoria e método em psicologia**. (Tradução Cláudia Berliner). São Paulo: Martins Fontes, 1996.